



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ
Estado do Paraná



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**AVALIAÇÃO E
MONITORAMENTO DA METAS
DO PLANO PLURIANUAL
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL- PPMAS.
2022-2023**

IBIPORÃ - PR.

ESTER ROSANA DE MOURA DA COSTA
Secretária de Assistência Social

ANA PAULA RIBEIRO PELISSON
Diretora de Assistência Social

JOSÉ TIAGO OLIVEIRA GOMES
Presidente do CMAS gestão 2021-2023

AMANDA WELTER
Secretária Executiva do Conselhos Municipais 2023-2025

AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS – XIV Conferência Municipal de Assistência Social de Ibiporã.

METAS E AÇÕES - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				AVALIAÇÃO /MONITORAMENTO 2022/2023
		2022	2023	2024	2025	
Garantir ampliação de equipe técnica e adequação dos espaços e estruturas físicas dos serviços socioassistenciais considerando a previsão da NOB e NOB/RH, considerando o contexto atual de aumento de demanda/famílias referenciadas, visando a garantia de um atendimento e acompanhamento qualificado	Aumentar o quadro de assistentes sociais, psicólogos, auxiliares administrativos e cuidadores sociais, conforme real demanda e adequar a estrutura física dos serviços para um atendimento com sigilo e segurança, garantindo assim maior qualidade nos serviços prestados	X	X	X	X	✓ Avaliação: na ausência de Concurso público, foi realizado Processo seletivo Simplificado, sendo contratado: 01 Assistente Social, 05 psicólogos, 01 Educador social, além de 03 auxiliares administrativos terceirizados e 01 motorista efetivo transferido de outra secretaria.
Ampliar e qualificar os serviços para atendimento a pessoa com deficiência e idosos na proteção social básica com a implementação dos serviços de proteção social básica no domicílio.	Ampliação de equipe que permita ampliação do serviço de atendimento ao domicílio, bem como capacitação continuada de servidores garantindo atendimento qualificado.		X			✓ Avaliação: Serviço ainda não implantado

<p>A partir do diagnóstico municipal sobre as necessidades apresentadas pelos usuários do SUAS na pandemia e pós pandemia e calamidades públicas, elaborar, planejar planilha de gastos municipais respeitando tipificação no que diz a proteção social básica, média e alta complexidade, assim como possíveis “pandemias e calamidades eventuais” com a garantia da corresponsabilidade dos 3 entes federativos.</p>	<p>Garantir dotação orçamentária e previsão das ações no PMAS</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>✓ Avaliação: O município possui Lei Orgânica do Município- LOA e Plano Plurianual - PPA em conformidade com ações da política Municipal de assistência social por bloco de proteção em consonância com as ações previstas.</p>
<p>Garantir atendimento com benefícios eventuais, com reajuste de valores referentes a necessidade do usuário bem como a garantia de quantidades, mediante demanda, pautados no princípio da equidade;</p>	<p>Atualização do valor do benefício eventual do cartão social, garantindo ao usuário maior poder de compra e mediante realidade de cada família.</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>✓ Avaliação: Proposta já aprovada, com aumento de 540 para 800 cartões sociais com reajuste de 90,00 para o valor de 120,00. Considerando o aumento significativo, não foi possível o aditivo de contrato com a empresa vigente, sendo necessário novo processo licitatório, em fase de publicação do edital</p>
<p>Propiciar ampla divulgação através de meios de comunicação, materiais gráficos e imprensa local sobre serviços, programas e benefícios, facilitando o acesso dos usuários da política municipal de Assistência Social</p>	<p>Promover divulgação dos serviços e benefícios da Assistência Social, através de materiais gráficos e Mídias sociais, garantindo assim o acesso a todos.</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>✓ Avaliação: os CRAS disponibilizam um folder orientativo do serviço PAIF, bem como do benefícios eventuais conforme resolução do CMAS nº012/2019., inseridos também na página do município: https://www.ibipora.pr.gov.br/pagina/1728_CRAS-Assistencia-Social.html</p> <p>✓ Sempre que possível utilizamos espaços de utilidade públicas em</p>

						rádio e TV, afim de garantir o acesso aos usuários.
Implantar serviços socioassistenciais da rede de proteção social básica na Região Sul e em territórios onde seja identificada demanda mediante diagnóstico socioassistencial: CRAS e SCFV Criança e Adolescente	Garantir acessibilidade ao usuário residente na região Sul com os serviços de Proteção Social Básica, conforme demanda.	X	X			✓ Avaliação : serviços ainda não implantados no território.
Priorizar a inclusão de público alvo atendido nos serviços de acolhimentos em cursos, capacitações, oficinas e programas de aprendizagem e de inserção no mercado de trabalho.	Articulação intersetorial com órgãos de qualificação e de inserção no mercado de trabalho para inclusão dos adolescentes em acolhimento Institucional e ou em Família Acolhedora	X	X			✓ Avaliação : Em relação aos acolhimento a pessoa adulta no período em que encontrava se em funcionamento ouve uma importante articulação intersectorial entre demais políticas públicas e em relação a, criança e adolescente, também é priorizado a vaga para a aprendizagem.
Criar benefícios de Transferência de Renda Municipal para crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional	Implantar um programa de transferência de renda para adolescentes em acolhimento, desenvolvendo a educação e sua autonomia financeira.				X	✓ Avaliação: Proposta em análise, haja vista que é somente permitido transferência com 16 anos completos, sendo um direito ao programa de transferência de renda Federal PBF- Programa Bolsa Família, sendo já autorizado benefício eventual – cartão social, com a proposta de autonomia para adquirir algum produto pessoal

Contratar interprete de LIBRAS e capacitar os servidores efetivos	Proporcionar a capacitação aos servidores municipais garantindo qualidade nos serviços prestados ao surdo garantindo a ampla comunicação.		X			✓ Avaliação; Proposta não executada até o momento
Implantar um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas com idade entre 18 a 59 anos.	Ampliar os serviços da Rede de Proteção Social Básica , através do SCFV-Adulto		X			✓ Avaliação; serviço implantado no bairro Taquara do Reino, atualmente com um grupo com 13 participantes com frequência de 02 vezes na semana.

Projeto

Programa Habitacional Condomínio do Idoso	Garantir condições de moradias dignas a idosos que ainda não conquistaram sua casa própria.	X	X			✓ Em fase de aprovação
Melhorias habitacionais para Famílias em situação de vulnerabilidade	Implantar Programa de Melhorias Habitacionais para famílias que residem em casa própria, sem condições de habitabilidade	X	X	X		✓ Avaliação: Projeto Já escrito, aguardando liberação de recursos e em fase de levantamento de demandas prioritárias
Fortalecer as lideranças comunitárias por meio de estruturação de Associação de Moradores como garantia de espaço ao manifesto e articulação dos usuários.	Realizar uma ação de incentivo a liderança comunitária e estabelecer um calendário para atender e regularizar o maior numero de Associações de Moradores do município	X	X	X		✓ Avaliação: em execução

METAS E AÇÕES - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				RESP/PARCERIA
		2022	2023	2024	2025	
Garantir espaço físico adequado em Acolhimentos Institucionais para atender em casos de COVID-19 ou quaisquer doenças infecciosas.	Fazer um levantamento por serviços das necessidades de reestruturação física	X	X			✓ Avaliação: em havendo necessidade medidas serão tomadas para garantir segurança dos acolhidos e da equipe
Planejamento, via protocolo de emergência, para situações de calamidades, recorrentes ou não, no município.	Inserir no Programa de contingenciamento em parceria com a Defesa Civil ações em casos de ocorrências de desastres e/ou calamidades	X	X	X	X	✓ Avaliação: Existe uma articulação intersetorial com a Defesa Civil em casos pontuais quando há ocorrência de fortes chuvas, destelhamento por vendavais ou incêndio, contudo há necessidade de criação de protocolos de atendimentos.
A partir do diagnóstico municipal sobre as necessidades apresentadas pelos usuários do SUAS na pandemia e pós pandemia e calamidades publicas, elaborar, planejar planilha de gastos municipais respeitando tipificação no que diz a proteção social básica, média e alta complexidade, assim como possíveis “pandemias e calamidades eventuais” com a garantia da corresponsabilidade dos três entes federativos.	Atualizar Diagnóstico Municipal, bem como plano de Contingenciamento em caso de novos casos de pandemia ou calamidades publicas com quadro descrito de financiamento.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Reavaliar plano de Contingenciamento existente.

Garantir benefícios para os usuários em situação de desproteção e/ou vulnerabilidade durante e após as situações de calamidades públicas.	Atender não apenas calamidades publicas, mas também casos emergenciais por tragédias, considerando que estado de calamidade somente é declarado via Decretos	X	X	X	X	✓ Avaliação: Atendimento Realizado mediante parecer da Defesa Civil e análise técnico social.
Planejar ações de enfrentamento no contexto de desastres e emergências juntamente com as outras políticas públicas.	Articulação entre as Políticas Públicas e Defesa Civil para atualização do Plano de Contingenciamento.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Reavaliar Plano de Contingenciamento
Criar estratégias para prevenção de novas situações de calamidade pública e emergência.	Articulação entre as Políticas Públicas e Defesa Civil para atualização do Plano de Contingenciamento, bem como garantir dotação orçamentária para esse fim.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Reavaliar Plano e propostas de Contingenciamento
Assegurar ampliação na quantidade e no valor dos benefícios a fim de garantir o acesso das famílias a condições mínimas de sobrevivência durante situações de calamidade.	Garantir equidade nos atendimentos, mediante realidade de cada família ou indivíduo.	X	X	X	X	✓ Avaliação: A gestão atende a todos os encaminhamentos e avaliações, respeitando o parecer técnico.
Criar protocolos de emergência para o Municípios de estrutura prévia a situações de calamidade recorrentes ou não no Municípios.	Articulação entre as Políticas Públicas e Defesa Civil para atualização do Plano de Contingenciamento.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Necessidade de reavaliar plano e estratégias.
Revisar o capítulo VIII da resolução 12/2019 do CMAS a fim de facilitar o acesso ao auxílio aluguel social para pessoas em situação de rua;	Realizar uma avaliação do artigo proposto	X	X			✓ Avaliação: Resolução em processo de reavaliação

Viabilizar a construção do Acolhimento Institucional “Casa Lar” com a garantia de espaço adequado para atender as 10 metas pactuadas	Buscar o cofinanciamento nas demais esferas de governo para apoio na construção do serviço, evitando assim mudanças recorrentes por se tratar de imóvel locado		X	X		✓ Avaliação: Proposta não executada
Maior suporte a OSC's que presta serviços socioassistenciais por parte dos entes estaduais com aporte financeiro em caráter emergencial para que as mesmas possam minimizar os riscos e agravos sociais extraordinários, resultantes de eventos emergenciais e de calamidade pública.	Elaborar propostas no intuito de fortalecimento da rede	X	X			✓ Avaliação: Não ocorreu nenhum caso que houvesse tal necessidade em caráter emergencial, ocorrendo, no entanto, os termos de fomento e colaboração no intuito de fortalecimento da rede de serviços socioassistencias.
Implantar serviços socioassistenciais de alta complexidade regionalizados e ampliar vagas de atendimento para pessoa com deficiência e mulheres vítimas de violência e seus dependentes	Encaminhar proposta e devido encaminhamento a Esfera Estadual.	X	X			✓ Avaliação: Proposta ainda sem êxito, sendo mantido o número de mínimo de duas vagas.
Viabilizar recursos destinados à construção e estruturação de equipamentos da rede de proteção social básica e especial de alta complexidade para atendimento a Crianças e Adolescentes.	Buscar o cofinanciamento na demais esferas de governo para apoio na construção do serviço, evitando assim mudanças recorrentes por se tratar de imóvel locado		X	X		✓ Avaliação: Ainda mantemos 02 unidades que não possui sede própria, sendo SCFV – Taquara do Reino, no qual se visa a possibilidade futura de utilização de uma estrutura já existente, atualmente utilizada por outra secretaria.

Garantir repasses de recursos financeiros para os municípios durante emergências e p ó s emergências, bem como a transparência dos mesmos.	Elaborar propostas para as demais esferas de governo, garantir dotação orçamentária para a finalidade proposta e atualizar sempre que necessário o portal da Transparência	X	X			✓ Avaliação: Conforme Previsto na LOA (Lei Orçamentaria Anual) e Plano Plurianual, prevê dotação orçamentaria em caso de situações de emergência.
Estender o tempo de concessão do auxílio emergencial mantendo o valor inicialmente pago, garantindo assim a subsistência das famílias mais atingidas pela pandemia do COVID-19.	Garantir um atendimento continuado que minimize as situações de desproteção das famílias e indivíduos	X	X	X	X	✓ Avaliação: Responsabilidade do governo Federal, ao município compete a gestão dos benefícios eventuais.
Realizar ações de planejamento orçamentário em conjunto com os municípios para a contratação de RH, a fim de levantar a demanda de maior vulnerabilidade social para o repasse de recursos emergenciais de transferência de renda.	Aumentar equipe por meio de teste Seletivo e/ou concurso publico	X	X	X	X	✓ Avaliação: O município já realizou novas contratações por teste seletivo, estando em processo de homologação de concurso publico.

METAS E AÇÕES - GESTÃO DO SUAS

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				RESP/PARCERIA
		2022	2023	2024	2025	
Garantir uma Vigilância Socioassistencial com equipe técnica exclusiva, visando o reconhecimento das vulnerabilidades e riscos com dados atualizados que oriente e avalie a implantação de serviços socioassistenciais mediante necessidade de cada território e seus usuários, entre eles pessoas com deficiência, idosos...	Ampliar a equipe técnica para atuação na Vigilância Socioassistencial, permitindo o conhecimento das regiões com vulnerabilidades e o planejamento de ações de atendimentos as famílias nesses territórios.		X			✓ Avaliação: Em estudo para implantação.

Fortalecer a articulação entre as políticas públicas, integrando e garantindo acesso aos serviços de forma efetiva;	Retomar as reuniões de rede em parceria com o CRAS	X	X	X	X	✓ Avaliação: Realizada nova reunião, com necessidade de um calendário sistematizado.
Implantar sistemas de capacitações continuadas aos trabalhadores do SUAS, que atenda as especificidades dos serviços socioassistenciais, da rede governamental e não-governamental;	Estabelecer um Plano de Capacitações anuais e continuada aos trabalhadores do SUAS, proporcionando novos conhecimentos e atualizações das deliberações portarias e normas vigentes	X				✓ Avaliação: proposta não executada quanto a elaboração de plano de Educação permanente, as capacitações vem ocorrendo mediante oferta do Estado ou qdo. Solicitado por algum serviço ou servidor mediante análise.
Realizar diagnóstico de forma continuada no Município acerca das necessidades e particularidades de cada território como renda, escolaridade, idade, pessoas com deficiência.	Elaborar Diagnóstico socioterritorial detalhado acerca de dados específicos dos territórios e atualizar dados mediante Censo Demográfico que ocorrera em 2022.	X	X			✓ Avaliação: Diagnóstico realizado, podendo ser acessado através do site oficial do Município.
Redefinir o nível de carreira municipal do Educador Social e Cuidador Social de nível médio para técnico e/ou superior.	Encaminhar para Secretaria de Gestão de Pessoas para análise da viabilidade e legalidade da proposta, mediante justificativa elaborada pelos servidores	X				✓ Avaliação Proposta não executada

Ampliar os serviços de atendimento descentralizados mediante diagnóstico socioterritorial com garantia de espaço adequado.	Avaliar as necessidades e possibilidades mediante Diagnóstico socioterritorial		X				✓ Avaliação: os serviços descentralizados são executados pelo CRAS _ Gino Peretti , sendo que na a taquara do Reino o imóvel locado garante melhor qualidade de atendimento individual e grupal, já no jd. J. Kennedy é utilizado espaço da UBS, não propiciando ações em grupo.
Garantia de equipe técnica nos serviços prestados pelas OSC's, garantindo a efetividade das Ações ofertando um espaço de escuta e acolhimento as famílias.	Assessorar e fiscalizar os serviços prestados pelas OSC e buscar incentivos financeiros.	X	X	X	X		✓ Avaliação: executado, todas OSC que prestam serviço tipificado possuem termo de colaboração ou fomento, encontram -se com técnico de referência do SUAS;
Criar programas de transferência de renda municipal, considerando as mães chefes de família.	Levantar demandas mediante diagnóstico, estabelecer critérios em conjunto com o CMAS, bem como verificar viabilidade e garantir dotação orçamentária.		X				✓ Avaliação: Proposta não executada
Capacitar os trabalhadores do SUAS para padronização na forma de alimentação do sistema GESUAS	Agendar e alinhar frequentes reuniões com a rede de serviço e empresa fornecedora do sistema	X					✓ Avaliação: Em execução, por meio de Reuniões periódicas com os responsáveis do sistema e coordenadores para lançamentos do GESUAS de forma padronizada , resultando em relatórios e dados fidedignos para avaliação, dos resultados.

Aumento do valor do termo de fomento e cooperação para as organizações da sociedade civil (OSC's) que prestam serviços socioassistenciais não governamentais municipais.	Elaborar novos Editais de Chamamentos Públicos	X	X			✓ Avaliação: Executado, através dos termos de fomento e/ ou colaboração junto às organizações da sociedade Civil.
Garantir o percentual mínimo de 12% do orçamento municipal direcionado para o SUAS.	Elaborar o Orçamento LOA-LDO mediante realidade das demandas de serviços.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Proposta não executada ,nesse percentual.
Proporcionar capacitação para os trabalhadores do SUAS, tanto dos serviços governamentais como das entidades, na temática de planejamento e Orçamento publico.	Elaborar Plano de capacitação aos trabalhadores do SUAS	X	X	X	X	✓ Em fase de estudo para elaboração de um Plano de Educação Permanente
Melhoria das estruturas físicas dos serviços socioassistenciais municipais com salas para atendimento individuais e em grupos.	Elaborar um relatório pormenorizado de cada serviço avaliando condições e melhorias a serem realizadas	X	X	X	X	✓ Avaliação: Em execução
Prever orçamento que garanta a contratação de equipe técnica nos serviços socioassistenciais conforme NOB/RH.	Elaborar o Orçamento LOA-LDO mediante realidade das demandas de serviços.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Foi realizado Teste Seletivo afim de ampliar equipe técnica.
Publicizar de maneira mais simplificada o orçamento público da política de Assistência Social.	Elaborar um instrumento que atenda as necessidades e traga mais clareza aos conselheiros, servidores e população	X	X	X	X	✓ Avaliação: Os orçamentos previstos para Assistência Social são lançados no portal da transparência.
Disponibilizar veículo para a OSC APASI.	Buscar recursos em outras esferas e/ou emendas parlamentares		X			✓ Avaliação: Proposta não executada
Ampliar o cofinanciamento do piso para o acolhimento institucional de pessoas em situação de rua. (Estadual)	Adequar os valores pactuados pelo estado mediante a realidade do custo real de cada meta atendida.	X	X			✓ Avaliação: Proposta não executada, onerando os cofres públicos municipais.

Responsabilizar-se com as demandas de pessoas com deficiência maiores de 21 que necessitem serviço de residência inclusiva.	Garantir cofinanciamento para compra de vagas em Residenciais Inclusivas.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Estado não atendeu nossas demandas, sendo necessário compra de vagas via processo licitatório.
Garantir parâmetros de cofinanciamento para o SUAS nas OSC's que atuam na proteção social especial e PCD.	Buscar e documentar a necessidade de investimento em OSC por parte das esferas estaduais e federais	X	X	X	X	✓ Avaliação: Foi aprovado pelo CMAS emendas parlamentares de forma voluntária. Sistema de informações e transferências voluntárias-SIGTV.
Assegurar que despesas com pessoal da política de assistência social cofinanciada com recursos do governo estadual e federal não sejam contabilizados no índice de gastos com pessoal, compreendendo tratar-se de serviços essenciais.	Articular junto aos Foruns de discussão, articular com os Conselhos Municipais Estaduais , CNAS, CIB e CIT, para que assim possamos ter governabilidade em aplicar cofinanciamento em RH,sem impacto no índice de Pessoal, garantindo assim o que pressupõe a NOB-RH	X	X	X	X	✓ Avaliação: Proposta não executada.

METAS E AÇÕES - CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				RESP/PARCERIA
		2022	2023	2024	2025	
Ampliar e divulgar os canais de avaliação dos usuários as estruturas usadas por eles, como, por exemplo 0800 e etc.	Ampliar a divulgação dos telefones do CREAS e Ouvidoria Municipal, disque 100, por meio de Mídias e materiais gráficos.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Implantada a ouvidoria do município, de fácil acesso, com possibilidade de abertura de protocolo on line e sem identificação, podendo ainda ser implantado caixa de avaliação e sugestões nos serviços.
Divulgar, através de meio eletrônico, audiovisual e materiais gráficos, sobre a política de Assistência Social (serviços, programas e benefícios), Conselhos, Conferências, Capacitações.	Elaborar e confeccionar materiais gráficos, alimentar site oficial e utilizar redes sociais e imprensa local.	X	X	X	X	✓ Avaliação: Utilização do site oficial do município, páginas no site para cada serviço, páginas em redes sociais como instagram, facebook e outros. ✓ Encaminhamento por email e aplicativos de mensagens instantaneas.
Mobilizar e sensibilizar a sociedade civil para participação nos espaços de controle social, através de reuniões ampliadas e descentralizadas em formato híbrido;	Elaborar calendários com reuniões ampliadas e descentralizadas	X	X	X	X	✓ Avaliação : as reuniões ocorrem de forma híbrida facilitando o acesso a todos conselheiros e /ou vale transporte viabilizando acesso. Quanto a descentralização faz se necessário organização.
Proporcionar capacitação aos trabalhadores do SUAS, usuários e conselheiros municipais, principalmente representantes da sociedade civil informando a importância do seu papel nos conselhos dando voz a população.	Elaborar um plano de capacitação para atingir os objetivos da proposta dada sua relevância	X	X	X	X	✓ Avaliação: Proposta em fase de estudo pra elaboração do Plano de Educação Permanente.

Viabilizar acesso ao portal da transparência com atualização dos dados referentes aos orçamentos e gastos públicos destinados aos serviços	Divulgar as formas de acesso ao portal da transparência e criar instrumentos de fácil interpretação.	X	X	X	X	✓ Avaliação: os dados São atualizados com frequência, estando no site oficial da prefeitura municipal, de fácil acesso.
Assegurar representação do forum de trabalhadores do SUAS no CMAS.	Formalização oficial do Forum para análise da viabilidade alteração na Lei de Composição do CMAS.	X				✓ Avaliação: Em execução, embora o FORUM não esteja em pleno e regular funcionamento um dos articuladores, foi convidado a participar do CMAS, no segmento trabalhadores do setor.
Reestruturar os conselhos municipais com um novo modelo de controle social, onde o usuário possa ter sua participação priorizada considerando suas especificidades e necessidades individuais, inclusive da pessoa com deficiência.	Realizar uma discussão acerca das reestruturações necessárias	X	X			✓ Avaliação: Em execução, haja vista que nos 4 Conselhos Municipais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social garante a participação, priorizando as necessidades individuais, em especial idosos e pessoa com deficiência.
Promover a articulação entre os conselhos municipais	Realizar discussão acerca da proposta estabelecendo ações que propiciem a articulação pleiteada	X				✓ Avaliação: Os conselhos Municipais, desenvolvem ações articuladas, podendo ser intensificadas conforme necessidade.
Proporcionar capacitações permanentes aos Conselheiros Municipais e materiais de apoio, considerando tratar-se de importantes espaços de controle social;	Elaborar um plano de capacitação para atingir os objetivos da proposta dada sua relevância	X	X	X	X	✓ Avaliação: Ocorreu a Capacitação no período para conselheiros do CMDCA e rede de proteção, sistema de garantia de direitos "SGD", o CMDPI e CMAS, foram proporcionadas

						capacitações descentralizadas fora do município, sendo que no calendário ainda há previsões de novas capacitações.
Tornar pública a gestão financeira dos recursos destinados a política de assistência social	Atualizar com frequência Portal da Transparência	X	X	X	X	✓ Avaliação: em execução, sendo todos os gastos lançados no Portal da Transferência, sendo frequentemente fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado -TCE
Reestruturar os conselhos estaduais mudando o modelo de participação onde temos a gestão como protagonista e a sociedade como coadjuvante.	Fundamentar proposta e encaminhar ao CEAS	X				✓ Avaliação: O município possui representante no CEAS, bem como garante meios de proporcionar sua participação ativa, disponibilizando equipamentos e ou custeando suas diárias para participações em conferências estaduais.
Garantir os Conselhos e outros espaços de participação e deliberações importantes para o controle social.	Discutir e fundamentar a proposta para estabelecer ações necessárias	X				✓ Avaliação: Proposta em execução, sendo o CMAS espaço aberto de ampla discussão e deliberação.
Garantir a continuidade e o fortalecimento dos conselhos de direitos, dando mais visibilidade e interlocução entre governo e usuários. Abolir posturas antidemocráticas por parte dos entes governamentais que minimizam a importância desses espaços de protagonismo e luta por direitos.	Dar maior visibilidade aos trabalhos dos Conselhos Municipais, bem como seu importante espaço de Deliberações e garantias voltadas as políticas publicas	X	X	X	X	✓ Avaliação; Proposta em execução, tendo hj o Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS, um representante de usuários no Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, que conta com todo apoio, técnico, físico e financeiro, que garanta sua ampla participação.

O presente Relatório de monitoramento e avaliação referente as propostas para o ano de 2022 e 2023 foi avaliado pela equipe da Gestão da Política Municipal de Assistência Social e secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS tendo como objetivo monitorar e avaliar as metas do Plano Plurianual Municipal de Assistência Social –PPMAS 2022-2025, no que tange o às diretrizes preconizadas na Política Nacional de Assistência Social.

O Relatório busca dar visibilidades as ações executadas bem como parametro para as próximas ações e necessidade de investimentos crescentes e contínuos, os quais garantem o acesso expressivo para efetivação da política pública de Assistência Social, numa busca constante por melhores resultados, cumprindo as metas estabelecidas, almejando alcançar resultados com foco na satisfação do usuário, qualidade da execução das ofertas, melhoria e ampliação dos equipamentos públicos de Assistência Social.

Objetiva ainda melhores condições de trabalho, propiciando o fortalecimento da articulação da rede socioassistencial, da rede intersetorial e integração das proteções sociais na busca de resultados pelas superações das vulnerabilidades e riscos pessoal e social.

BIBLIOGRAFIA

IBIPORÃ. Relatório da XIV Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Ibiporã. Conselho Municipal de Assistência Social. 2021.